

Trabalho Elaborado por: Ana Cristina Domingos

UFCD – 10370 Politicas Sociais de Intervenção

Curso Técnico de Apoio Psicossocial 2019/2021

* Objetivos;
* Reconhecer a importância dos objetivos de desenvolvimento sustentável na melhoria da condição de vida das populações.
* Reconhecer a importância da economia social no terceiro setor.
* Identificar a função social do Estado.
* Reconhecer as diferentes políticas sociais inerentes ao desenvolvimento das atividades do/a Técnico/a de Apoio Psicossocial.
* Identificar os serviços e equipamentos inerentes às políticas sociais e os respetivos destinatários.
* Conteúdos;
* Desenvolvimento sustentável
* Definição
* Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS)
* Economia social
* Definição
* Integração nas organizações
* Pluralidade
* Terceiro setor, e economia solidária
* Políticas sociais
* Função social do estado
* Objetivos das políticas sociais
* Políticas da:
* Saúde
* Educação
* Justiça
* Segurança Social
* Técnico/a de Apoio Psicossocial - enquadramento
* Relações entre as diversas políticas sociais
* Serviços, equipamentos e respetivos destinatários

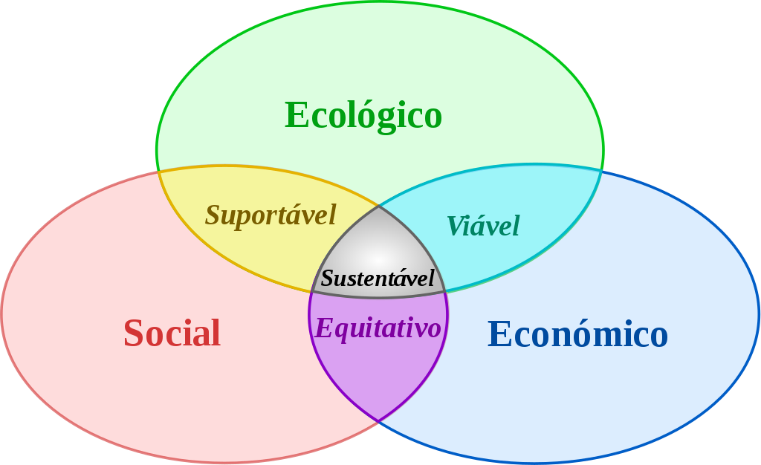
1 – Politicas Socais de Intervenção;

* Objetivos;

1. Reconhecer a importância dos objetivos de desenvolvimento sustentável na melhoria das condições de vida das populações;
2. Reconhecer a importância da economia social no terceiro sector;
3. Identificar a função social do estado;
4. Reconhecer as diferentes políticas sociais inerentes ao desenvolvimento das atividades do técnico de apoio psicossocial;
5. Identificar os serviços e equipamentos inerentes os políticos sociais e os respetivos destinatários;

1.1 – O desenvolvimento sustentável – O que é?

Desenvolvimento sustentável é um conceito sistêmico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspectos de um sistema de consumo em massa no qual a preocupação com a natureza, via de extração da matéria-prima, é máxima. Foi usado pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas, assim podemos dizer o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. O campo do desenvolvimento sustentável pode ser conceptualmente dividido em três componentes: a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica.



Esquema representativo dos vários

componentes do desenvolvimento sustentável

Conceito;

«Desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades»

1.2 - Indicadores de desenvolvimento sustentável;

Em 1995, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável aprovou um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, com o intuito de servirem como referência para os países em desenvolvimento ou revisão de indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável, tendo sido aprovados em 1996, e revistos em 2001 e 2007. O quadro actual contém 14 temas, que são ligeiramente modificados a partir da edição anterior e são eles:

Anteriormente;

1. Pobreza
2. Perigos naturais
3. O desenvolvimento econômico
4. Governação
5. Ambiente
6. Estabelecer uma parceria global económica
7. Saúde

Agora;

1. Terra
2. Padrões de consumo e produção
3. Educação
4. Os oceanos, mares e costas
5. Demografia
6. Água potável, Escassez de água e Recursos hídricos
7. Biodiversidade

Cada um destes temas encontra-se dividido em diversos subtemas, indicadores padrão e outros indicadores que devem ser consultados para se compreender melhor a sua razão e conteúdo. Além das Nações Unidas, outras entidades elaboram ainda outros modelos de indicadores, como no caso da Comissão Europeia, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Global Environment Outlook (GEO).

1.3 - Os três componentes do desenvolvimento sustentável;

**Sustentabilidade ambiental;**

A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para os outros seres vivos, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis.

As Nações Unidas, através do sétimo ponto das Metas de desenvolvimento do milénio procura garantir ou melhorar a sustentabilidade ambiental, através de quatro objectivos principais:

1. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
2. Reduzir de forma significativa a perda da biodiversidade.
3. Reduzir para metade a proporção de população sem acesso a água potável e saneamento básico.
4. Alcançar, até 2020 uma melhoria significativa em pelo menos cem milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza.

**Sustentabilidade económica;**

A sustentabilidade económica, enquadrada no âmbito do desenvolvimento sustentável é um conjunto de medidas e politicas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais. Aos conceitos tradicionais de mais-valias económicas, são adicionados, como fatores a se ter em conta, os parâmetros ambientais e socioeconómicos, criando, assim, uma interligação entre os vários setores. Assim, o lucro não é somente medido na sua vertente financeira, mas igualmente nas vertentes ambiental e social, o que potencia um uso mais correto quer das matérias-primas, como dos recursos humanos. Há, ainda, a incorporação da gestão mais eficiente dos recursos naturais, sejam eles minerais, matérias-primas como madeira ou ainda energéticos, de forma a garantir uma exploração sustentável dos mesmos, ou seja, a sua exploração sem colocar em causa o seu esgotamento, sendo introduzidos elementos como nível óptimo de poluição ou as externalidades ambientais, acrescentando aos elementos naturais um valor económico.

**Sustentabilidade sociopolítica;**

A sustentabilidade sociopolítica centra-se no equilíbrio social, tanto na sua vertente de desenvolvimento social como socioeconómica. É um veículo de humanização da economia, e, ao mesmo tempo, pretende desenvolver o tecido social nos seus componentes humanos e culturais. Neste sentido, foram desenvolvidos dois grandes planos: a agenda 21 e as Metas de desenvolvimento do milénio. A Agenda 21 é um plano global de acção a ser tomada a nível global, nacional e local, por organizações das Nações Unidas, governos, e grupos locais, nas diversas áreas onde se verificam impactos significativos no ambiente. Em termos práticos, é a mais ambiciosa e abrangente tentativa de criação de um novo padrão para o desenvolvimento do século XXI, tendo, por base, os conceitos de desenvolvimento sustentável. As Metas de desenvolvimento do milénio (MDM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de Setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 1990 relativos ao meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, entre outras, a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século. Esta declaração menciona que os governos "não economizariam esforços para libertar nossos homens, mulheres e crianças das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema", tentando reduzir os níveis de pobreza, iliteracia epromovendo o bem-estar social. Estes projectos são monitorizados com recurso ao Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida.

**Estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável;**

O capítulo 8 da Agenda 21 incentiva os países a adotarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável (ENDS), estimulando-os a desenvolver e harmonizar as diferentes políticas sectoriais, económicas, de crimes, sociais, ambientais e de planos que operam no país. O apelo à elaboração destes documentos estratégicos, que devem reforçar e harmonizar as políticas nacionais para a economia, as questões sociais e o ambiente, foi reforçado na Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas de 1997 (Rio+5), na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 em Joanesburgo (Rio+10). A primeira revisão para estabelecer os elementos básicos de boas práticas foi um "Manual para NSDS" preparado por Carew-Reid et al. (1994) partindo das experiências compartilhadas por vários países, através de relatórios nacionais e regionais, durante um projecto liderado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este trabalho preparou o terreno para obras posteriores. Foi construído em cima do CAD da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico no seu trabalho para produzir orientações para ENDS (CAD 2001), que estabeleceu os princípios acordados para a ENDS. Mais tarde, ecoou, no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, orientação desenvolvida na sequência de um workshop internacional (UNDESA 2002). Na prática, é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento sustentável reúne as aspirações e capacidades de governo, sociedade civil e do sector privado para criar uma visão para o futuro, e para trabalhar tacitamente e progressivamente para esses objectivos, identificando e construindo sobre "o que funciona", melhorando a integração entre as abordagens, fornecendo um quadro para fazer as escolhas que a integração não é possível. Estas estratégias incidem sobre o que é realmente praticável,pois com uma estratégia eficaz e abrangente poderá solucionar-se vários problemas ao mesmo tempo.

Assim, as ENDS apresentam 7 pontos-chave, sendo tratadas, de forma integrada, as questões económicas, ambientais e sociais, a saber:

1. Alterações climáticas e energia limpa
2. Transporte Sustentável
3. Consumo e produção sustentáveis
4. Conservação e gestão dos recursos naturais
5. Saúde pública
6. Inclusão social, demografia e migração
7. A pobreza no mundo

Agenda 21 local

A agenda 21 local é um processo pelo qual as entidades nacionais se envolvem com a comunidade civil na elaboração de uma estratégia conjunta, e com um plano de acção que vise melhorar a qualidade de vida a nível local. Têm como objectivo aplicar as recomendações da Agenda 21, ao nível local, envolvendo as entidades governamentais locais, sector empresarial e industrial e sociedade civil.

O desenvolvimento sustentável visa por isso melhorar as condições de vida de todos os seres no planeta, criando, desenvolvendo e aplicando medidas para preservar o meio ambiente envolvente a curto e a longo prazo.

Desenvolvimento sustentável – definição;

O desenvolvimento sustentável tem como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Isto implica um uso razoável dos recursos da terra e a preservação das espécies e dos habitats naturais.

1.4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;

Os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Os ODS devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030. Entre os dias 25 e 27 de setembro, mais de 150 líderes mundiais estarão na sede da ONU, em Nova Iorque, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esta agenda é formado pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

Conheça quais são estes novos Objetivos Globais:

**Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;**

* Globalmente, o número de pessoas que vivem em extrema pobreza diminuiu mais da metade; em 1990 eram 1,9 bilhão. Contudo, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza: cerca de uma em cada cinco pessoas em regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,50 euros por dia.
* O Sul da Ásia e a África Subsaariana são o lar da esmagadora maioria das pessoas que vivem em extrema pobreza.
* Altos índices de pobreza são frequentemente encontrados em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos.
* Uma em cada quatro crianças abaixo dos cinco anos de idade no mundo possui altura inadequada para sua idade.
* **Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;**
* Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida.
* A vasta maioria das pessoas do mundo passando fome vive em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida.
* Ásia é o continente com a população que passa mais fome – dois terços do total. A percentagem no Sul da Ásia caiu em anos recentes, mas, na Ásia Ocidental, ela aumentou levemente.
* A África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência (percentagem da população) de fome. Lá, cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida.
* A má nutrição causa quase metade (45%) das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade – 3,1 milhões de crianças anualmente.
* Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado. Em países em desenvolvimento, a proporção aumenta de uma para três.
* 66 milhões de crianças em idade escolar primária vão às aulas passando fome, sendo 23 milhões apenas na África.
* A agricultura é a maior empregadora única no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global atual. Ela é a maior fonte de renda e trabalho para famílias pobres rurais.
* 500 milhões de pequenas fazendas no mundo todo, a maioria ainda dependente de chuva, fornecem até 80% da comida consumida numa grande parte dos países em desenvolvimento. Investir em pequenos agricultores é um modo importante de aumentar a segurança alimentar e a nutrição para os mais pobres, bem como a produção de alimentos para mercados locais e globais.



**Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;**

Saúde infantil

* A cada dia, morrem 17 mil crianças a menos do que em 1990, porém mais de seis milhões de crianças ainda morrem a cada ano, antes do seu quinto aniversário.
* Desde 2000, vacinas de sarampo preveniram aproximadamente 15,6 milhões de mortes.
* Apesar do progresso global, uma crescente proporção das mortes de crianças acontece na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Quatro de cada cinco mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade ocorrem nessas regiões.

Saúde Materna

* Globalmente, a mortalidade materna caiu quase 50% desde 1990.
* Na Ásia Oriental, no Norte da África e no Sul da Ásia, a mortalidade materna diminuiu cerca de dois terços. Porém, a taxa de mortalidade materna – a proporção de mães que não sobrevivem ao nascimento do filho comparada com aquelas que sobrevivem – nas regiões em desenvolvimento ainda é 14 vezes mais alta do que nas regiões desenvolvidas.
* Apenas metade das mulheres em regiões em desenvolvimento recebe a quantidade recomendada de assistência médica.

HIV/Aids

* Em 2014, havia 13,6 milhões de pessoas com acesso à terapia antirretroviral, um aumento em relação a apenas 800 mil em 2003.
* Novas infecções por HIV em 2013 foram estimadas em 2,1 milhões, o que representa 38% a menos do que em 2001.
* No final de 2013, estima-se que havia 35 milhões de pessoas vivendo com HIV.
* No final de 2013, 240 mil novas crianças estavam infectada com HIV.

**Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;**

* A matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola.
* Mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África Subsaariana.
* Estima-se que 50% das crianças fora da escola com idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos. Crianças das famílias mais pobres são quatro vezes mais propensas a estar fora da escola do que crianças de famílias mais ricas.
* O mundo conquistou a igualdade na educação primária entre meninas e meninos, mas poucos países alcançaram essa meta em todos os níveis de educação.
* Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015.

**Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.**

* No Sul da Ásia, apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos, em 1990. Em 2012, as taxas de matrícula foram as mesmas para meninas e para meninos.
* Na África Subsaariana, Oceânia e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para entrar tanto na escola primária quanto na escola secundária.
* Mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura.
* Em 46 países, as mulheres agora ocupam mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara.

**Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.**

* Em 2015, 91% da população global está usando uma fonte de água potável aprimorada, comparado a 76% em 1990. Contudo, 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços de saneamento básico, como banheiros ou latrinas.
* Diariamente, uma média de cinco mil crianças morre de doenças evitáveis relacionadas à água e saneamento.
* A energia hidrelétrica é a fonte de energia renovável mais importante e mais amplamente usada. Em 2011, ela representava 16% do total da produção de eletricidade no mundo todo.
* Aproximadamente 70% de toda água disponível é usada para irrigação.
* Enchentes são a causa de 15% de todas as mortes relacionadas a desastres naturais.

**Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos**

* 1,3 Bilhões de pessoas – uma em cada cinco, globalmente – ainda não têm acesso à eletricidade moderna.
* 3 Bilhões de pessoas dependem de madeira, carvão, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar e obter aquecimento.
* A energia é o principal contribuinte para as mudanças climáticas, sendo responsável por cerca de 60% das emissões globais totais de gases do efeito estufa.
* A energia de fontes renováveis – vento, água, solar, biomas e energia geotermal – é inexaurível e limpa. A energia renovável, atualmente, constitui 15% do conjunto global de energia.

**Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;**

* O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens.
* Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis.
* 470 milhões de empregos são necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030.
* Pequenas e médias empresas que se comprometem com o processamento industrial e com as indústrias manufatureiras são as mais decisivas para os primeiros estágios da industrialização e são geralmente os maiores geradores de emprego. São responsáveis por 90% dos negócios no mundo e contabilizam entre 50 a 60% dos empregos.

**Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**

* Cerca de 2,6 bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento têm dificuldades no acesso à eletricidade.
* 2,5 Bilhões de pessoas no mundo não têm acesso ao saneamento básico e quase 800 milhões de pessoas não têm acesso à água.
* Entre 1 a 1,5 milhão de pessoas não têm acesso a um serviço de telefone de qualidade.
* Para muitos países africanos, principalmente os de baixo rendimento, os limites na infraestrutura afetam em cerca de 40% na produtividade das empresas.
* A indústria manufatureira é importante para geração de empregos, somando aproximadamente 470 milhões dos empregos no mundo em 2009 – ou cerca de 16% da força de trabalho de 2,9 bilhões. Estima-se que existiam mais meio bilhão de empregos na área em 2013.
* O efeito da multiplicação de trabalhos industrializados impactou a sociedade positivamente. Cada trabalho na indústria gera 2,2 empregos em outros setores.
* Em países em desenvolvimento, apenas 30% da produção agrícola passa por processamento industrial. Em países desenvolvidos, 98% é processado. Isso sugere a existência de uma grande oportunidade para negócios na área agrícola em países em desenvolvimento.

**Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles**

* Em média – e levando em consideração o tamanho das populações – a desigualdade de renda aumentou em 11% em países em desenvolvimento entre 1990 e 2010.
* Uma maioria significativa de famílias – mais de 75% – estão vivendo em sociedades onde a renda é pior distribuída do que na década de 1990.
* Crianças que fazem parte da camada de 20% mais pobres da população têm três vezes mais hipóteses de morrer antes de completar seus cinco anos do que crianças mais ricas.
* A proteção social foi significativamente ampliada globalmente. No entanto, pessoas com algum tipo de deficiência têm cinco vezes mais hipóteses do que a média de ter despesas catastróficas com saúde.
* Apesar do declínio na mortalidade materna na maioria dos países desenvolvidos, mulheres na área rural são três mais suscetíveis à morte no parto do que mulheres que vivem nos centros urbanos.

**Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

* Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vive nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas.
* 828 Milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua aumentando.
* As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono.
* A rápida urbanização está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto reduzem recursos e consumo de energia.
* Cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de otimizar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes. Rizhao, na China, por exemplo, transformou-se em uma cidade abastecida por energia solar. Em seus distritos centrais, 99% das famílias já usam aquecedores de água com energia solar.



**Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

* 1,3 Bilhão de toneladas de comida são desperdiçadas diariamente.
* Se as pessoas usassem lâmpadas de baixo consumo, o mundo economizaria 120 bilhões de dólares anualmente.
* A população global deve chegar a 9,6 bilhões de pessoas até 2050; o equivalente a três planetas seriam necessários para prover os recursos naturais necessários para sustentar os estilos de vida atuais.
* Mais de 1 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável.

**Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (\*);**

* As emissões de gases de efeito estufa oriundos da atividade humana estão levando a mudanças climáticas e continuam aumentando. Elas alcançaram atualmente seu maior nível da história. Emissões globais de dióxido de carbono aumentaram quase 50% desde 1990.
* As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso aumentaram a níveis sem precedentes nos últimos 800 mil anos.
* As concentrações de dióxido de carbono aumentaram em 40% desde os tempos pré-industriais, primeiramente por conta dos combustíveis fósseis e depois pelas emissões vindas do desmatamento do solo. O oceano absorveu cerca de 30% do dióxido de carbono antropogénico emitidos, tornando-se mais ácido.
* Cada uma das últimas três décadas tem sido mais quente na superfície da Terra do que a anterior, desde 1850. No hemisfério Norte, o período entre 1983 e 2012 foi provavelmente o mais quente dos últimos 1.400 anos.
* De 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85ºC. Sem nenhuma ação, a média de temperatura mundial deve aumentar 3ºC até o final do século 21 – aumentando ainda mais em algumas áreas do mundo, incluindo nos trópicos e subtópicos. As pessoas mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelo aquecimento.
* A média do nível do mar desde a metade do século 19 tem sido maior do que a média dos dois milênios anteriores. Entre 1901 e 2010, o nível global do mar aumentou 0,19 (0,17 a 0,21) metros.
* De 1901 a 2010, o nível mundial do mar cresceu 19 centímetros com a expansão dos oceanos, devido ao aquecimento global e derretimento das geleiras. Desde 1979, o gelo do mar do Ártico diminuiu em cada década, com 1,07 milhões de km² de gelo perdido de dez em dez anos.
* Ainda é possível limitar o aumento da temperatura global para 2ºC acima dos níveis pré-industriais, por meio de um conjunto de medidas tecnológicas e mudanças de comportamento.
* Existem muitos caminhos atenuantes para alcançar a redução substancial de emissões para as próximas décadas, com chances superiores a 66%, se for limitado o aquecimento a 2ºC – a meta determinada pelos governos. No entanto, postergar até 2020 para as mitigações adicionais aumentará substancialmente os desafios tecnológicos, econômico, social e institucionais associados para limitar o aquecimento no século 21 para menos de 2ºC relacionados a níveis pré-industriais.



**Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;**

* Os oceanos cobrem três-quartos da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume.
* Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 triliões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (produto interno bruto) global.
* Mundialmente, os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas de peixes sendo pescados.
* Oceanos contêm cerca de 200 mil espécies identificadas, mas os números na verdade deve ser de milhões.
* Os oceanos absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, amortecendo os impactos do aquecimento global.
* Oceanos são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas dependendo dos oceanos como fonte primária de alimentação.
* Pesca marinha direta ou indiretamente emprega mais de 200 milhões de pessoas.
* Subsídios para a pesca estão contribuindo para a rápida diminuição de várias espécies de peixes e estão impedindo esforços para salvar e restaurar a pesca mundial e empregos relacionados, causando redução de 50 bilhões de dólares em pesca nos oceanos por ano.
* 40% dos oceanos do mundo são altamente afetados pelas atividades humanas, incluindo poluição, diminuição de pesca e perda de habitats costeiros.

**Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade**

* Treze milhões de hectares de florestas estão sendo perdidos a cada o ano.
* Cerca de 1,6 bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência. Isso inclui 70 milhões de indígenas. Florestas são o lar de mais de 80% de todas as espécies de animais, plantas e insetos terrestres.
* 2,6 bilhões de pessoas dependem diretamente da agricultura, mas 52% da terra usada para agricultura é afetada moderada ou severamente pela degradação do solo.
* Anualmente, devido à seca e desertificação, 12 milhões de hectares são perdidos (23 hectares por minuto), espaço em que 20 milhões de toneladas de grãos poderiam ter crescido.
* Das 8.300 raças animais conhecidas, 8% estão extintas e 22% estão sob risco de extinção.
* 80% das pessoas vivendo em área rural em países em desenvolvimento dependem da medicina tradicional das plantas para ter cuidados com a saúde básica.

**Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;**

* O número de refugiados registrados junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era de 13 milhões em meados de 2014, há cerca de um ano.
* Corrupção, suborno, roubo e evasão de impostos custam cerca de 1,26 trilhão para os países em desenvolvimento por ano.
* A taxa de crianças que deixam a escola primária em países em conflito alcançou 50% em 2011, o que soma 28,5 milhões de crianças.

**Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

* A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014.
* Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado “duty-free” de países desenvolvidos.
* A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, beirando 3% do rendimento de exportação.
* O número de usuários da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos.
* Em 2015, 95% da população mundial tem cobertura de sinal de celular.
* 30% da juventude mundial é de nativos digitais, ativos online por pelo menos cinco anos.
* A população mundial apresentou aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015.
* No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam Internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.

2 – Economia Social;

Definição;

A Economia Social reúne as atividades econômicas que não visam ao lucro e, embora sejam de caráter privado, compartilham seus objetivos com o setor público.

A economia social foi definida pela Comissão das Comunidades Europeias na comunicação ao conselho de 18 de dezembro de 1989 da seguinte forma:

* Uma empresa pertence a economia social se a sua atividade produtiva se basear em técnicas de organização assentes nos princípios da solidariedade e participação entre membros, sejam produtores, utilizadores ou consumidores e nos valores de autonomia e cidadania. Em geral, estas empresas adotam a forma jurídica de cooperativas, mutualidade ou associação.
* A economia social abrange uma grande diversidade de atividades económicas e sociais que não visam o lucro mas sim o bem-estar das pessoas.

Na esfera da Economia Social, estão o associativismo, o mutualismo, o cooperativismo, a misericórdia e as fundações, como formas de organização da atividade produtiva. Ao longo dos últimos 150 anos, a Economia Social vem ganhando expressão e seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem.

Nesta sequência de ideias, a Economia Social ou Terceiro Setor pode eventualmente substituir a ação do Estado ou ser um prolongamento deste na implementação de suas políticas sociais.

Basicamente inclui dois tipos de organizações: aquelas que funcionam como empresas, embora não visem ao lucro (liminarmente relacionadas com o movimento cooperativo), e as organizações privadas mantidas por donativos, quotizações, trabalho voluntário, doações e recursos públicos, tais como associações e fundações.

A economia social conta com:

* Adesão voluntária e livre;
* Gestão democrática e participativa;
* Ausência de finalidades lucrativas;
* Autonomia face ao Estado e às pessoas jurídicas de direito público.

1. Associação - É uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Podem destinar-se a inúmeros fins: culturais, recreativos, desportivos, de pais, estudantis, de proteção civil (bombeiros voluntários), entre muitos outros.

2. Mutualidade - Aqui o objetivo é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares. Trabalham sobretudo nas áreas da saúde, ação social e regimes complementares de Segurança Social. Têm um milhão de associados e mais de 2,5 milhões de beneficiários.

3. Cooperativa - As agrícolas serão as mais conhecidas, mas há cooperativas de habitação, consumo, culturais, de ensino, de desenvolvimento, dedicadas ao ambiente. São associações autônomas e voluntárias que visam satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais dos associados, através da cooperação democrática e entre ajuda dos membros.

4. Misericórdia - Associações constituídas de acordo com o Direito canônico para satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico. A primeira data do século XV. 5. Fundação Pessoa coletiva, sem fins lucrativos, cujo patrimônio foi-lhe irrevogavelmente dado e é suficiente para prosseguir os fins, que têm de ser de interesse social, em benefício da sociedade, mas não do fundador ou pessoas das suas relações. Têm objetivos culturais, de defesa do patrimônio, de saúde, de ensino.

2.1 – Economia Solidaria

A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões: Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.

Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e pró-ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

3 – Terceiro Setor;

A sociedade civil é dividida em três setores, primeiro, segundo e terceiro. O primeiro setor é formado pelo Governo/estado, o segundo setor é formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. O terceiro setor contribui para chegar a locais onde o Estado não conseguiu chegar, fazendo ações solidárias, portanto possui um papel fundamental na sociedade.

Existem várias organizações que fazem parte do terceiro setor, como as ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). O terceiro setor é composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária, pessoas que trabalham e não recebem remuneração para isso. O terceiro setor é mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas. As entidades do terceiro setor têm como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc.

As fundações, associações, instituições do terceiro setor estão muitas vezes envolvidas com obras de filantropia. É importante referir que as empresas que têm responsabilidade social também podem contribuir para uma sociedade mais equilibrada e justa.

3.1 - Terceiro setor e serviço social;

O terceiro setor está intimamente relacionado com a área de serviço social, sendo que muitas vezes os assistentes sociais desempenham um papel fundamental na atuação dos elementos do terceiro setor na sociedade. Assim, é possível afirmar que o terceiro setor é responsável pelo desenvolvimento social.

* O que é Responsabilidade Social:

A responsabilidade social é quando uma empresa contribui voluntariamente para a sociedade e para o meio ambiente ao qual pertence, proporcionando uma melhor qualidade de vida para o seu meio. O conceito de responsabilidade social surgiu por diversos fatores, mas com o contexto da globalização e as grandes mudanças nas indústrias surgiram novas preocupações.

As expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores, aumentaram em relação às ações das organizações. Os indivíduos e as instituições, como consumidores e investidores, começaram a observar que os danos provocados ao ambiente eram em sua maior parte causado pelas atividades econômicas empresariais. Sendo assim, começaram a pressionar as empresas para a observar os requisitos ambientais e exigindo às entidades reguladoras, legislativas e governamentais a produção de quadros legais apropriados e a vigilância da sua aplicação. Os primeiros estudos que tratam da responsabilidade social tiveram início nos Estados Unidos, na década de 50, e na Europa, nos anos 60. As primeiras manifestações sobre este tema surgiram em 1906, porém essas não receberam apoio, pois foram consideradas de cunho socialista. Foi então que em 1953, nos Estados Unidos, que o tema recebeu atenção e ganhou espaço. Na década de 70, surgiram associações de profissionais interessados em estudar o tema, e somente a partir daí a responsabilidade social deixou de ser uma simples curiosidade e se transformou em um novo campo de estudo.

3.2 - Tipos de responsabilidade social;

* Responsabilidade Social Empresarial

Responsabilidade Social Empresarial está intimamente ligada a uma gestão ética e transparente que a organização deve ter com as partes que são direta ou indiretamente ligadas: funcionários, fornecedores, clientes, a comunidade local, sociedade e meio ambiente que estão inseridos, para minimizar seus impactos negativos.

* Responsabilidade sócio-ambiental

A responsabilidade social está intimamente relacionada com práticas de preservação do meio ambiente, em práticas como usar materiais reciclados, reflorestamento, entre outros. Essa responsabilidade é assegurada pelo ISO 14000, por exemplo, um selo criado pela Organização Nacional de Padronização, com uma série de normas e diretrizes que as empresas devem seguir para preservar o meio ambiente.

* Responsabilidade corporativa

Parecida com a responsabilidade empresarial, a responsabilidade corporativa está ligada às práticas econômicas éticas e transparentes que uma organização precisa ter com para com a sociedade em que está inserida e seus funcionários. A responsabilidade social corporativa diz sobre a empresa ter um compromisso com o seu desenvolvimento econômico promissor e ético, para gerar uma melhor qualidade de vida a sociedade e comunidade local em que está inserida. Isso diz, por exemplo, sobre gerar novas oportunidades de emprego e atuação na educação local. A diferença entre a responsabilidade social corporativa e empresarial, é que a empresarial amplia seu campo de atuação econômico, chegando a fornecedores e clientes, por exemplo.

Exemplos de responsabilidade social;

* Doações voluntárias: quando empresas estimulam seus funcionários a praticarem caridade de diversos tipos, como a ajuda para crianças órfãs ou carentes, apoio a deficientes e idoso, entre outras.
* Políticas que beneficiam o meio ambiente: empresas que investem em atividades como reflorestamento, reciclagem, preservação de áreas prejudicadas, entre outras.
* Gestão trabalhista justa: empresas que promovem atividades para melhorar as condições de trabalho e o bem-estar dos funcionários, como salários justos, planos de carreira, apoio às famílias dos colaboradores, entre outras.

Assim pode dizer-se que o setor terciário ou terceiro setor, também chamado de setor de serviços, é o ramo da economia que engloba as atividades de prestação de serviços e de comércio, esta área é chamada de terceiro setor pois faz parte de um espectro amplo composto por três setores. O setor primário corresponde às atividades agropecuárias e de extrativismo e o setor secundário é formado pelas atividades industriais.

Características do setor terciário;

As principais características desse setor de atividades são relacionadas à sua área de atuação. As principais são:

* É o setor responsável por fornecer ao mercado produtos e serviços,
* Atua na área de comércio e de vendas,
* É heterogêneo, pois inclui atividades de diversos tipos de prestação de serviços e de venda de produtos,
* Emprega a maior parte dos trabalhadores brasileiros (aproximadamente 60%).

O que é prestação de serviços?

A área da prestação de serviços é ampla e abrange inúmeras atividades, ou seja, qualquer tipo de negócio que envolva a oferta e a aquisição de um serviço executado por uma empresa ou pessoa de um serviço encaixa-se nesta classificação. As atividades desenvolvidas por profissionais liberais encaixam-se na prestação de serviços, como é o caso de dentistas, advogados, administradores de empresas, mecânicos, designers, empregados de restaurantes e bares, vendedores de lojas, atendentes de telemarketing, programadores de informática, entre outros. Também fazem parte da prestação de serviços as atividades como serviços bancários, empresas que prestam consultorias diversas, assistências técnicas especializadas e entidades que desenvolvem serviços educacionais, de saúde ou de segurança. As atividades de prestação de serviços são chamadas de bens intangíveis ou imateriais. Estas atividades recebem este nome pois não são palpáveis, sendo caracterizadas pelo fornecimento de serviços e pela prestação de mão-de-obra.

O que é o comércio?

O setor de comércio, assim como da prestação de serviços, também é muito abrangente, pois inclui centenas de atividades ligadas à comercialização (compra e venda) de bens. Os bens que são comercializados pelo comércio, produzidos pelos setores primário e secundários, são classificados como bens materiais. Estão incluídas no setor de comércio as atividades de compra e venda, tanto em atacado como em varejo.

No comércio retalhista a venda de produtos é dirigida ao consumidor final do produto, já no comércio atacadista a venda é destinada a outras empresas que têm como atividade principal a revenda de bens. Também é importante saber que no setor de comércio estão inclusos todos os tipos de empresas que envolvem a comercialização de bens, desde as pequenas empresas familiares até as multinacionais.

Importância do setor terciário para a economia

O setor terciário é fundamental para o crescimento da economia de um país, pois está relacionando diretamente com o índice do Produto Interno Bruto (PIB), a criação de empregos e de renda. Na última década o setor de comércio e serviços foi responsável pelo aumento de 7,5% do PIB nacional. O desenvolvimento econômico do setor também é influenciado pelo seu relacionamento com os setores primário e secundário. As empresas destes dois setores são consumidoras dos serviços e produtos do setor terciário, especialmente das matérias-primas, fornecidos por ele.

Diferença entre setor terciário e terceiro setor

Apesar dos nomes parecidos as expressões setor terciário e terceiro setor não devem ser confundidas, pois não possuem o mesmo significado. O setor terciário compreende o setor da economia que envolve as empresas ou pessoas que executam atividades de prestação de serviços, ou de comércio, assim, setor terciário é uma denominação referente a uma classificação econômica. Já o terceiro setor refere-se a organizações da sociedade civil ou a grupos que desempenham atividades sem fins lucrativos de fornecimento de serviços que originariamente deveriam ser oferecidos pelos governos. Também se esquadram no terceiro setor as organizações que promovem atividades de trabalho voluntário e todas as organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos, fundações e outras entidades filantrópicas.

Quais são os três setores da economia?

Além do setor terciário, que é focado no fornecimento de produtos e serviços aos consumidores, existem também dois outros setores: primário e secundário.

O setor primário realiza as atividades que são ligadas à extração e à exploração de recursos naturais. Outra função do setor primário é fornecer matéria-prima para as indústrias que fabricam os produtos que serão enviados ao comércio.

O setor primário realiza atividades de agricultura, mineração, pecuária, pesca, entre outras.

Já o setor secundário é o responsável pela tarefa de produção e industrialização de produtos. É o ramo da economia que transforma as matérias-primas produzidas pelo setor primário em mercadorias que serão vendidas aos consumidores. Por exemplo: indústria de alimentos, de automóveis, têxtil, produtos eletrônicos e etc.

No entanto terceiro Sector tem sido foco de discussão nos últimos tempos, nomeadamente no âmbito da economia e da política social. O conceito de Terceiro Sector não é consensual entre os autores que já se debruçaram sobre este tema. Não havendo uma definição concreta, torna-se complexo de o estudar, devendo ser analisado de modo criterioso e numa perspectiva abrangente.

Eis algumas das definições do conceito de Terceiro Sector: segundo Vilu Salvatore, o Terceiro Sector:

“Consiste no conjunto de actividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objectivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.”

Já de acordo com Amado, o Terceiro Sector:

”Define-se em oposição, por um lado, ao sector lucrativo (..)guia-se primordialmente pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a entreajuda são formas válidas de mobilização e organização de recursos monetários ou não monetários para a produção material de bens e serviços. “

No V Congresso Português de Sociologia (realizado em 2004), Carlota Quintão, uma das autoras que mais tem investigado o Terceiro Sector, define-o como sendo:

“O conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos-, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado”.

Podemos concluir que este sector se demarca do sector lucrativo, pois é composto por organizações que não têm fins lucrativos, que têm como principal missão ajudar os mais desfavorecidos e proporcionar-lhes melhores condições de vida. Este sector é dotado duma multiplicidade de valências e abarca várias áreas, obtendo um cada vez maior reconhecimento no contexto actual da nossa sociedade.

O que dificulta igualmente um grau de consensualidade quanto ao conceito de Terceiro Sector, é o facto de nele se integrar uma panóplia muito diversificada de organizações, cada uma com as suas especificidades e dinâmicas, sendo que estas pretendem afirmar-se com base nos seus objectivos e missão institucional, que poderão ser distintos, dependendo do seu âmbito de actuação. As OSFL assumem uma determinada missão de cariz social, ou seja, todas elas têm por objectivo dar resposta a determinado problema social, recorrendo a uma diversidade de mecanismos e ferramentas para o solucionar.

Entre as OSFL, destacam-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que têm vindo a assumir uma crescente importância e o seu trabalho é cada vez mais valorizado pela Sociedade Civil, nomeadamente em países que atravessam uma fase de recessão económica e carências de outro nível, como é o caso do nosso país.

Para podermos obter uma maior percepção do que é o Terceiro Sector, consideramos essencial fazer uma breve contextualização histórica do conceito de Terceiro Sector, comparar a realidade europeia e norte-americana e ainda enquadrá-lo legalmente. Só assim poderemos definir os limites do Terceiro Sector, assim como desmistificar o conceito de IPSS.

3.3 - Evolução do Conceito de Terceiro Sector em Portugal;

A evolução do Terceiro Sector em Portugal está fortemente relacionada com aspectos marcantes da História do nosso país. No rol desses acontecimentos e de acordo com Franco em colaboração com outros autores (Franco et al, 2005, p.22), esses estão relacionados com a Igreja Católica, a longa tradição de mutualidade e auto-ajuda do país, a longa história de controlo político e o desenvolvimento nas décadas recentes de elementos-chave de um Estado de bem-estar moderno e uma delegação crescente do Estado nas organizações não lucrativas.

Sendo Portugal um país com forte ligação à Igreja Católica, foi notória a sua influência no Terceiro Sector, na criação de diversas instituições regidas pelos princípios de solidariedade social, mutualismo e cooperação. Foi no século XV que as Misericórdias começaram a surgir, com o intuito de dar resposta ao aumento vertiginoso da pobreza do país, tendo sido fundadas principalmente com o objectivo de ajudar as mulheres e as crianças, uma vez que grande parte dos homens passavam pouco tempo nos seus lares devido ao facto da maioria exercer funções em actividades relacionadas com o mar. Contudo, foi necessário esperar sensivelmente meio milhar de anos para se assistir ao boom do Terceiro Sector no século XIX. O crescimento do Sector deveu-se à falta de apoios por parte do Estado para a resolução dos problemas sociais, surgindo então as Associações de Trabalhadores, Associações de Socorro Mútuo, entre outros. No entanto e devido ao facto de se tratarem de organizações sem fins lucrativos, a maioria destas instituições não conseguiu subsistir e foram forçadas a cessar as suas funções. É importante referir que foi nesse século que ganharam maior notoriedade as duas primeiras grandes associações empresariais: a Associação Comercial de Lisboa e a Associação Comercial do Porto. As organizações do Terceiro Sector são desde sempre extremamente influenciadas e condicionadas pelas políticas dos governos, algo que se tornou ainda mais evidente quando foi instalada a República Portuguesa, em 1910. Devemos frisar que tal facto também se deveu ao fim do Estado Novo em 1974 e da adopção da Constituição da República.

A partir dessa altura, pudemos assistir ao restabelecimento da liberdade de expressão e de associação, o que desencadeou “uma explosão de movimentos associativos preocupados com todos os aspectos da vida social.” (Franco et al, 2005, p.26).

Ao longo dos tempos, foram surgindo outras organizações ligadas ao Terceiro Sector e nos dias que correm, o número de organizações que compõem esse Sector Cooperativo e Social (outra terminologia utilizada pelos autores que têm estudado o Terceiro Sector), tem aumentado exponencialmente. Dado os graves problemas sociais que a nossa sociedade atravessa, a Sociedade Civil (nos quais se inserem vários públicos),já se escuda nestas organizações com maior frequência, estabelecendo relações de confiança e cooperação com as mesmas.

3.4 - Enquadramento Legal

Neste momento, Portugal ainda não tem um enquadramento legal especificamente dedicado ao Terceiro Sector mas isso não significa que não o possamos enquadrar legalmente. Tal como explica Franco (2005,p.20), “ a liberdade de associação é uma característica de extrema importância, pois é precisamente graças a ela que existem em Portugal variadíssimas associações, sob a forma de organizações sem fins lucrativos.”

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, existem em Portugal três sectores relacionados com os meios de produção, sendo estes o sector público, o sector privado e o sector cooperativo e social, geralmente denominado de Terceiro Sector e que surge como alternativa ao sector público e ao sector privado para suprir algumas das lacunas existentes nos restantes sectores.

No artigo 82º da Constituição da República Portuguesa, o Sector Cooperativo e Social, designação atribuída pelo Governo Nacional, compreende especificamente:

“ a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;

b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;

c) Os meios de produção objecto de exploração coletiva por trabalhadores;

d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.”

No entanto, o termo Sector Cooperativo e Social não é unanimemente aceite e utilizado, sendo que em vários documentos legais portugueses, é feita referência a este sector, utilizando terminologias bastante distintas. Por exemplo, à luz do Código Civil Português, a terminologia utilizada está suportada no conceito de Associações e Fundações.

No que respeita às formas legais que revestem as organizações que constituem o Terceiro Sector, estas incluem Associações, Fundações, Instituições de Desenvolvimento Local, Misericórdias, Museus, Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, Associações Mutualistas e Cooperativas. Desta forma, importa definir e diferenciar as OFSL assim como fazer uma alusão às formas legais subjacentes às mesmas.

* Enunciam-se em seguida os diferentes tipos de instituições sem fins lucrativos que compõem o Terceiro Sector:

Misericórdias, organizações com ligação à Igreja Católica que estão entre as mais antigas organizações não lucrativas em Portugal. (..) Concentram-se na assistência social e na saúde, embora as Misericórdias tenham perdido o controlo dos seus hospitais para o Estado em 1975. A União das Misericórdias Portuguesas é uma organização federativa que procura representar os interesses destas instituições. Existem hoje cerca de 400 Misericórdias em Portugal. São constituídas para satisfazer carências sociais e práticas de culto católico. A primeira data do seculo XV.

Associações – organizações sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Podem destinar-se a inúmeros fins: culturais, recreativos, desportivos, associações de pais, estudantis, bombeiros voluntários, de consumidores, de mulheres, juvenis, de imigrantes, de ativistas ambientais e de deficientes, entre muitos outros.

Constituídas no âmbito do Direito Privado e de certas secções do Código Civil e, nalguns casos, sob alçada do estatuto de Utilidade Pública.

Fundações - são instituições sem fins lucrativos cujo património lhes foi irrevogavelmente dado e é suficiente para prosseguir os seus fins, que tem de ser de interesse social em benefício da sociedade mas não do fundador ou pessoas das suas relações, tem objetivos culturais, de defesa do património, de saude, de ensino….. São um tipo de organização lucrativa, relativamente recente em Portugal, que foi reconhecido pela primeira vez no Código Civil de 1867. Existem cerca de 350 fundações registadas em Portugal, das quais cerca de 100 mantêm operações ativas.

Museus - legalmente reconhecidos como instituições sem fins lucrativos, sendo uma boa parte instituições públicas.

Organizações não-governamentais - para o desenvolvimento, são organizações não lucrativas que levam a cabo programas sociais, culturais, ambientais, cívicos ou económicos que beneficiam países em desenvolvimento (ex: cooperação para o desenvolvimento, assistência humanitária, ajuda em situações de emergência e proteção e promoção dos direitos humanos), embora muitas delas operem também em Portugal.

Instituições de Desenvolvimento Local (IDLs) – são instituições que operam sobretudo em áreas rurais com estratégias de empowerment (capacitação e desenvolvimento) de pessoas e territórios. A forma legal das IDL varia e pode incluir entidades públicas, privadas lucrativas e sem fins lucrativos.

Associações mutualistas - formadas sob o estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social para o fornecimento de ajuda mútua aos membros e familiares, financiadas essencialmente através de quotas dos membros.

Cooperativas, governadas pela Lei das Cooperativas.”

Além das organizações referidas anteriormente, existe uma que não foi mencionada e que ainda não foi abordada a forma legal que lhes é conferida: as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Como o foco de incidência desta investigação são as IPSS, convém desmistificar o seu conceito e enquadrá-lo legalmente duma forma mais detalhada e precisa do que as restantes organizações que compõem o Terceiro Sector.

3.5 - As Instituições Particulares de Solidariedade Social;

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente referidas como IPSS, são recentes no panorama nacional. Estas organizações sem fins lucrativos só começaram a fazer parte do fenómeno social e serem conhecidas junto da Sociedade Civil em 1979, ano em que o estatuto das IPSS foi aprovado. Em 1983, com a revisão deste estatuto, “a acção das IPSS foi alargada para incluir saúde, educação, formação profissional, e habitação.

“ As Instituições Particulares de Solidariedade Social, (...) são constituídas sem finalidades lucrativas, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, e desde que não sejam administradas pelo Estado nem por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

a) Apoio a crianças e jovens

b) Apoio à família

c) Apoio à integração social e comunitária

d) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho

e) Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação

f) Educação e formação profissional dos cidadãos

g)Resolução dos problemas habitacionais das populações”

As IPSS podem ser Associações de Solidariedade Social, Associações de Voluntários da Acção Social, Associações de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia. São igualmente IPSS as Cooperativas de Solidariedade Social e as Casas do Povo.

De acordo com a Direcção Geral da Segurança Social, as IPSS podem assumir duas grandes formas: a associativa ou a fundacional.

“Revestem forma associativa:

- As associações de solidariedade social (são, em geral, associações com fins de solidariedade social que não revistam qualquer das formas a seguir indicadas)

- As associações de voluntários de acção social

- As associações mutualistas

- As irmandades da misericórdia.

Revestem forma fundacional:

- As fundações de solidariedade social

- Os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas.” (Direcção Geral da Segurança Social)

As IPSS são organizações constituídas com base nos princípios de solidariedade e justiça social. As dimensões da sua actuação abrangem diversas áreas como a infância, a população sénior, apoio às famílias, integração social e comunitária, proteção a cidadãos com incapacidades, prestação de cuidados de saúde preventivos e curativos, entre outras.

Todas estas instituições são agregadas em Uniões Distritais que defendem os interesses das IPSS perante os poderes públicos. A nível nacional, as Uniões congregam-se na Confederação das IPSS que representa as várias uniões.

Em Portugal, assumem uma importância particular as associações de solidariedade social, as organizações de cariz religioso, como as misericórdias e os centros sociais paroquiais, as fundações de solidariedade social, as associações de desenvolvimento local e as associações culturais e recreativas.

3.6 – As Politicas Sociais

**1. O que são as políticas sociais?**

Políticas sociais é um termo vago, que não tem significado exato, pois em princípio todos os tipos de políticas públicas podem ser considerados, direta ou indiretamente, como políticas sociais. Um objeto confuso e difuso, portanto.

A principal característica das políticas sociais é a sua transversalidade. Assim como a questão ambiental, as políticas sociais devem ser um objetivo presente e permanente em todas as atividades do governo, e não uma ação setorial e conjuntural. Por exemplo: a construção de uma estrada rural é, em princípio, uma obra de engenharia e de infraestrutura, porém, vista por outro ângulo ela vai permitir o acesso das crianças locais à escola, melhorando o nível educacional do lugar, como pode, também, facilitar a assistência médica e a circulação da produção com melhoria da renda. Ou seja, melhorando o nível geral das condições de vida da população, fim último de qualquer política social. Assim segundo vários autores podemos definir a política social como:

A Política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, meta política que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas.

* Políticas da Saude;
* Políticas da Educação;
* Políticas de Segurança Social

**2. Por que existem as políticas sociais?**

Porque existe uma parcela da população que não consegue alcançar, por sua própria conta, os requisitos mínimos necessários para sua sobrevivência e para a sua formação como cidadãos.

Assim a política social é vista como uma ação governamental desenvolvida por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida a população de forma justa. Existem vários tipos de políticas sociais que garantem à população o direito da cidadania, tais como: Política de Saude, da Educação e da Segurança Social.

* Políticas da Saude;
* Plano Nacional de Saude;

O Serviço Nacional de Saúde é a grande conquista do Estado social no nosso País. Gerou ganhos em saúde que nos colocaram ao nível do resto da Europa, prolongou a vida e a sua qualidade a milhões de portugueses e reduziu muitas das desigualdades que durante séculos nos marcaram.

A crise e a fraca definição de políticas levaram o SNS a gastar pior os recursos escassos e a gerou graves problemas e desigualdades no acesso, tendo-lhe faltado visão estratégica e capacidade para executar as reformas organizativas indispensáveis. O revigoramento e a recuperação do SNS e do seu desempenho constituem, por isso, um dos mais árduos desafios para a próxima década, sendo um teste decisivo à determinação política na defesa do Estado social. Os portugueses mais vulneráveis sentem hoje a falta de acessibilidade, a desumanização e a perda de qualidade do SNS. Há que inverter esta situação recuperando a confiança dos portugueses no SNS. É, por isso, urgente dotar o SNS de capacidade para responder melhor e mais depressa às necessidades dos cidadãos do SNS, simplificando o acesso, aproveitando os meios de proximidade, ampliando a capacidade de, num só local, o cidadão obter consulta, meios de diagnóstico e de terapêutica que ali possam ser concentrados, evitando o constante reenvio para unidades dispersas e longínquas.

O SNS só poderá ser amigável se a sua administração for simplificada e modernizada através da criação de um SIMPLEX da Saúde que torne transparente, informada e acolhedora a circulação do utente nos diversos níveis do sistema. Temos que repor o equilíbrio famílias-Estado no financiamento da saúde. Os atuais 32% a cargo das famílias têm que ser progressivamente revertidos para valores que não discriminem o acesso, nem tornem insolventes as famílias.

O colapso sentido no acesso às urgências é a marca mais dramática do atual governo. Urge recuperar o funcionamento dos hospitais intervindo a montante, através da criação de mais unidades de saúde familiares e a jusante, na execução do plano de desenvolvimento de cuidados continuados a idosos e a cidadãos em situação de dependência.

É fundamental relançar a reforma dos cuidados de saúde primários e dos cuidados continuados integrados ao mesmo tempo que se deverá concretizar uma reforma hospitalar que aposte no relançamento do SNS. Temos que integrar as prestações de saúde com as da Segurança Social, tanto a nível local como a nível regional e central. Sendo horizontais as determinantes da má saúde e cada vez mais agudas as necessidades de apoio coordenado ao cidadão idoso e com dependência, não deve perpetuar-se a atual verticalização estanque dos dois principais instrumentos do Estado social.

Promover a Saude através de uma nova ambição para a saude publica;

Para obter ganhos em saúde tem de se intervir nos vários determinantes de forma sistémica, sistemática e integrada. Devem salientar-se como fundamentais as políticas de combate à pobreza, das condições de habitação, do emprego e do trabalho, da alimentação, transportes, urbanismo e espaços de lazer. A articulação da saúde com a ação social e a educação, em que «a saúde em todas as políticas» deverá ser uma estratégia de referência, permitirá alavancar e criar a estrutura de suporte à sustentabilidade da ação política.

O Governo valorizará a Saúde Pública enquanto área de intervenção, para a boa gestão dos sistemas de alerta e de resposta atempada dos serviços, o diagnóstico de situações problemáticas e a elaboração, com a comunidade, de planos estratégicos de ação, assegurando que os perfis e planos locais de saúde são construídos de forma a potenciar os recursos, valorizando as pessoas. Destacam-se as seguintes medidas:

* Criação de um Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados, preparando e apoiando prestadores informais em cuidados domiciliários, prevenindo a diabetes, obesidade, promovendo a saúde mental e o envelhecimento saudável bem como a utilização racional e segura do medicamento;
* Implementar os Planos Locais de Saúde em cumprimento do Plano Nacional de Saúde (PNS);
* Reforçar a vigilância epidemiológica, da promoção da saúde, da prevenção primária e da prevenção secundária;
* Revitalizar o Programa de Controlo das Doenças Transmissíveis para enfrentar as novas epidemias, a recrudescência de infeções conhecidas e a resistência múltipla aos antibióticos;
* Promover medidas de prevenção do tabagismo (alargando o acesso a consultas de cessação tabágica), de alimentação saudável (alimentação coletiva em escolas e ambientes de trabalho) e de prevenção do consumo de álcool e dos demais produtos geradores de dependência;
* Recuperar a importância, no contexto do SNS, da Rede Nacional de Saúde Mental;
* Avaliar e atualizar do Programa Nacional de Vacinação;
* Revogação da recente alteração à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso a saude;

A política dos últimos quatro anos criou novas formas de desigualdade entre cidadãos no acesso à saúde que urge superar.

* A eliminação das taxas moderadoras de urgência sempre que o utente seja referenciado e a reposição do direito ao transporte de doentes não urgentes tendo em vista garantir o acesso aos cuidados de saúde de acordo com as condições clínicas e económicas dos utentes do SNS;
* A redução global do valor das taxas moderadoras;
* O direito fundamental à saúde implica desenhar medidas específicas de combate às desigualdades de acesso e de diferenciação positiva, entre as quais:
* Praticar políticas de diferenciação positiva orientadas para os cidadãos mais vulneráveis, para as mulheres em idade fértil e as crianças, as pessoas idosas e em situação de dependência;
* Prestar especial atenção às crianças em risco e em perigo, desenvolvendo a capacidade de apoio dos serviços de saúde, na articulação com outras entidades competentes nesta matéria;
* Reforçar da participação dos órgãos de coordenação regional e da administração autárquica nos respetivos níveis, desenvolvendo os correspondentes mecanismos participativos na gestão do SNS.

Reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços;

O SNS deve ouvir mais os seus utilizadores e organizar-se de acordo com as preferências destes, focando-se na qualidade do serviço, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização. Deve fazê-lo indo ao seu encontro na família, na escola, no trabalho, na comunidade, na cultura e no lazer, criando um ambiente favorável à promoção e defesa da saúde. Para reforçar o poder do cidadão no SNS são fundamentais as seguintes medidas:

* Facultar aos cidadãos, de forma progressiva, a liberdade de escolherem em que unidades desejam ser assistidos, com respeito pela hierarquia técnica e pelas regras de referenciação do SNS;
* Criação de um SIMPLEX da Saúde que simplifique os procedimentos relativos ao acesso e utilização do SNS, ao qual deve ser conferida prioridade;
* Modernizar e integrar as tecnologias da informação e as redes existentes de forma a manter as pessoas mais velhas e os doentes por mais tempo no seu ambiente familiar, desenvolvendo a telemonitorização e a telemedicina;
* Incentivar a participação das pessoas mais velhas na vida profissional e social, apoiando as políticas que favoreçam a progressão gradual entre a vida ativa e a reforma;
* Criar o Conselho Nacional de Saúde no sentido de garantir a participação dos cidadãos utilizadores do SNS na definição das políticas, contando com a participação das autarquias e dos profissionais, bem como de conselhos regionais e institucionais, como forma de promover uma cultura de transparência e prestação de contas perante a sociedade;
* Intervir sobre a criação de incentivos legais e fiscais que influenciem direta ou indiretamente o ambiente e os comportamentos determinantes de saúde e de doença.

A Lei de Bases define, por sua vez, os princípios da política da saúde.

Constituição da República Portuguesa

Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa - Saúde.

1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;

c) Orientar a sua ação para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos;

d) Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade;

e) Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico;

f) Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.

4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada.

Assim o objetivo fundamental da política da saude é a igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saude, seja qual for a sua condição económica e onde quer que vivam, bem como garantir a equidade na distribuição de recursos e na utilização de diversos serviços;

a) - Compete ao estado assegurar prioritariamente o direito ao aceso e á proteção nos cuidados de saude;

* Garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saude independentemente da sua condição económica, cuidados de medicina primaria preventiva, curativa e de reabilitação;
* Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o pais em recursos humanos e unidades de saude;

b) - O direito à proteção da saude é realizado;

Através de um serviço nacional de saude universal e geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuitos;

Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam designadamente, a proteção da infância, da juventude, da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

O estudo de tudo isto poderá ser aprofundado no seguinte documento:

Políticas de Educação;

A política de educação tem como objetivo garantir o acesso ao ensino a todos os cidadãos proporcionando a igualdade de oportunidades.

a) - Na concretização da política de ensino incube ao estado:

* Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
* Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
* Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
* Garantir a todos os cidadãos segundo as suas capacidades, o acesso aos graus de ensino elevados, da investigação científica e da criação artística;
* Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino;

b) – Na realização da política de ensino incumbe ao estado;

* Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecem a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
* Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
* Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso a educação e da igualdade de oportunidades;
* Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso a cultura portuguesa e o apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Políticas de Segurança Social;

Pertence/compete ao estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais e de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários.

O sistema de segurança social protege os cidadãos, na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho.

O Técnico de Apoio Psicossocial;

O técnico de apoio psicossocial é o profissional qualificado, apto a promover autonomamente ou integrado em equipas multidisciplinares o desenvolvimento psicossocial de grupos e comunidades no domínio dos cuidados sociais e de saude, bem como na área da intervenção social e comunitária.

FIM